

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA PATRONAL

01-08-98

[Viabilidade da opção pelo patronato agrícola depende de bom desempenho do mercado de trabalho urbano]

[Há quem tenha preferência ideológica por grande fazenda cercada de favelas cheias de peões]

Os porta-vozes do patronato agropecuário adoram repetir uma ladainha que começa com duas idéias sobre os países desenvolvidos. Primeiro dizem que por lá dois terços dos agricultores abandonaram definitivamente a atividade rural nos últimos trinta anos. Em seguida afirmam que essas sociedades não conseguiram manter mais do que 5% da população em condições civilizadas de existência no campo. Daí concluem que fatalmente 15% da população brasileira deverá sair do campo nas próximas décadas para, de alguma forma, ser “incluída” no meio urbano.

Apesar de conter grotescas confusões sobre o que vem a ser população rural, população agrícola, população ocupada no meio rural e população ocupada na agropecuária, há uma grande verdade atrás desse discurso: o crescimento econômico sempre tenderá a reduzir o número de ocupados no setor agropecuário. Por isso os intelectuais orgânicos do patronato agrícola consideram errado combater a pobreza com ações de assentamento e de apoio aos agricultores familiares com terra. Também é por isso que parte significativa da intelectualidade brasileira dá um respaldo vacilante e sem convicção aos programas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, como os assentamentos e o Pronaf.

Não há como mudar a atitude dos que têm uma preferência ideológica por grandes fazendas cercadas de favelas cheias de peões. Mas os que não têm preconceitos ou discriminações contra os agricultores familiares certamente evitarão brigar com os fatos do processo de desenvolvimento rural dos países do primeiro mundo. Em primeiro lugar é fundamental saber que em países bem desenvolvidos a importância relativa população rural é muito maior do que se imagina. Basta dizer que nos Estados Unidos e no Canadá mais de 23% dos habitantes residem no meio rural, enquanto no Brasil essa taxa está em torno de 21%. Nos países desenvolvidos há inclusive uma tendência à estabilização, é até ao aumento do peso relativo da população rural. Para a surpresa de muitos analistas, no núcleo orgânico da economia mundial desapareceu o principal gatilho da longa história de êxodo rural, como foi comentado aqui em 07/05/98.

O grande contraste entre os espaços rurais de países desenvolvidos e de países subdesenvolvidos está na estrutura ocupacional, particularmente no peso relativo da ocupação agrícola. Enquanto os ocupados agrícolas são apenas um décimo dos ocupados no meio rural americano, eles continuam a ser cerca de quatro quintos no meio rural brasileiro. É preciso saber, entretanto, que o peso relativo da ocupação agrícola sobre a ocupação total - que no Brasil é de 22% - varia bastante nos países desenvolvidos. No Estados Unidos e o no Reino Unido ele é pouco superior a 2%, mas chega a 10% na Áustria, a 7,5% na Itália, e a de 6,4% no Japão.

Esses números indicam é que a atual superfície agrícola útil (SAU) do Brasil, que deve estar em torno de 350

milhões de ha, pode comportar um razoável aumento do número absoluto de ocupados em atividades agropecuárias. Tomando-se como parâmetro de referência o valor médio dos quinze países que formam a União Européia, a atual SAU brasileira poderia suportar hipoteticamente um número de ocupados na agropecuária 20% superior ao atual. Em outras palavras, quando o peso relativo da ocupação agrícola brasileira tiver despencado dos atuais 22% para apenas uns 5%, o número absoluto dos ocupados no setor agropecuário brasileiro poderá ter aumentado 20%, sem qualquer expansão da superfície agrícola útil.

A questão que se coloca, portanto, é a de saber qual será a opção estratégica da sociedade brasileira em relação a seu espaço rural. Se optar preferencialmente pelo modelo defendido pelo patronato agrícola, de grandes fazendas que há muito não ampliam a oferta de trabalho, o número de ocupados por 100 ha de SAU certamente cairá dos atuais 5 para menos de 3. Se optar preferencialmente pela agricultura familiar, haverá margem para que essa relação se mantenha, ou até aumente. Em ambos os casos haverá queda proporcional da ocupação agrícola, mas a pressão sobre o mercado de trabalho urbano será muito diferente conforme a opção.

Em resumo, se as perspectivas de geração de emprego urbano forem bem favoráveis, uma opção preferencial pela agricultura patronal continuará perfeitamente viável, mesmo que desastrosa em termos de distribuição de riqueza e de renda (e de seus impactos sobre o crescimento). Mas se essas perspectivas não forem tão favoráveis, manter a preferência pela agricultura patronal será uma atitude não só desastrosa, como cada vez menos viável. O problema é que essas perspectivas não são nada favoráveis, justamente para o segmento dos trabalhadores não-qualificados. As projeções do IPEA indicam que a única maneira de evitar o aumento do desemprego urbano, mantendo o atual padrão agrícola, seria a escolha reacionária de pisar no freio do progresso tecnológico, como foi exposto no artigo anterior, de 18/7.